

ANEXO

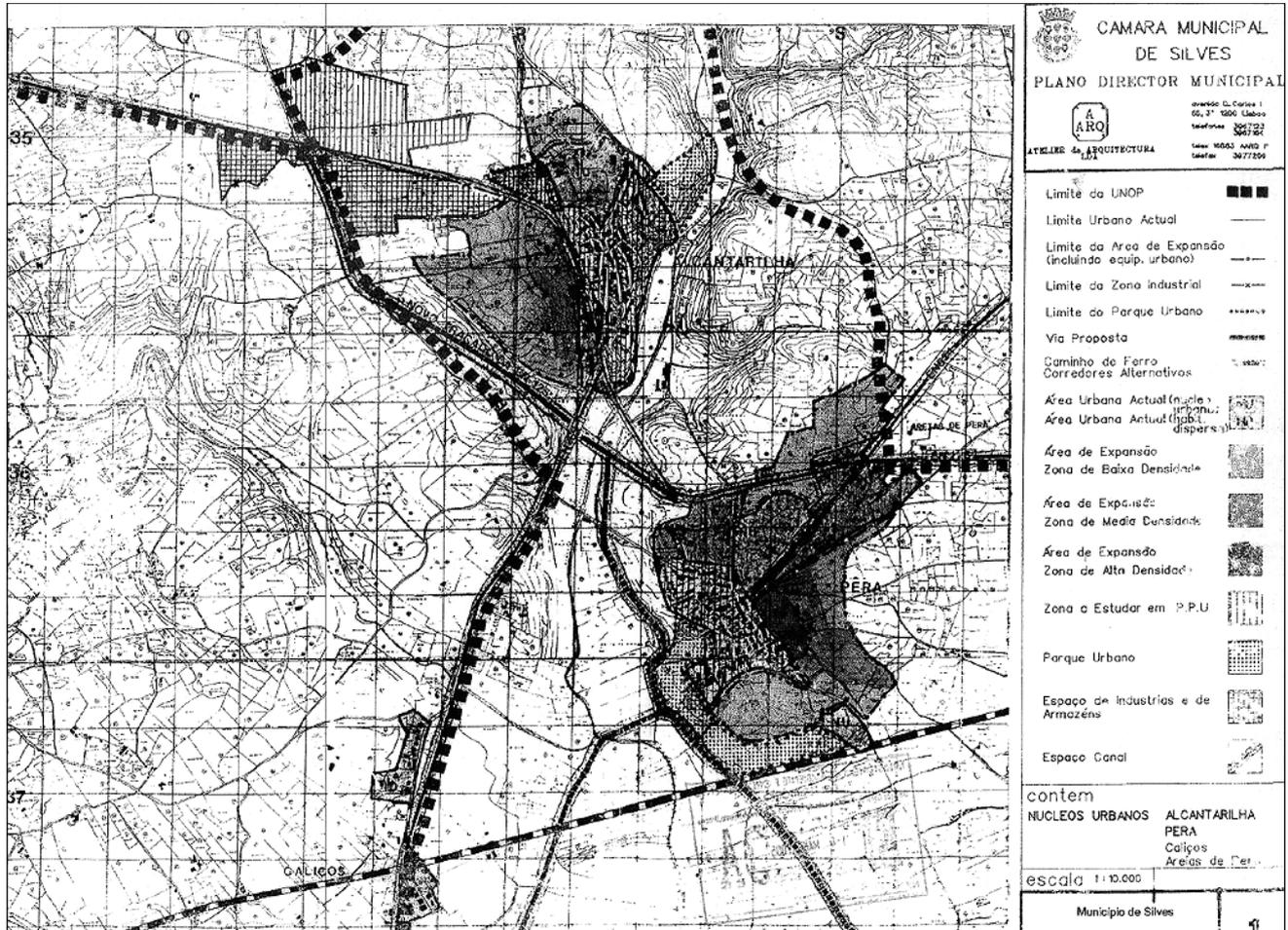
Certidão n.º 1/2005

Dr.^a Maria José Grade da Encarnação, presidente da Assembleia Municipal de Silves, certifica narrativamente que a Assembleia Municipal de Silves, reunida ordinariamente no dia 27 de Dezembro de 2004, aprovou por unanimidade a proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião do dia 16 de Dezembro de 2004, relativa à pro-

posta de alteração em regime simplificado da compatibilização da cartografia às escalas de 1:25 000 e 1:10 000 do PDM de Silves.

Por ser verdade e me ter sido pedida, passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco usado por esta Assembleia Municipal.

16 de Fevereiro de 2005. — Pela Presidente da Assembleia Municipal, (*Assinatura ilegível.*)



Gabinete de Relações Internacionais

Aviso n.º 7033/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º, do n.º 2 do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por meu despacho desta data, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), constante da Portaria n.º 877/2000, de 27 de Setembro.

1 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

2 — Conteúdo funcional — coordenar a intervenção do MAOTDR na preparação dos conselhos de ministros da União Europeia, em especial do conselho de ministros do ambiente, apoiar tecnicamente a intervenção dos serviços e organismos do Ministério em todas as instâncias comunitárias, em especial no que se refere ao processo de negociação de actos legislativos comunitários, e acompanhar e coordenar todos os actos relativos a tratados, acordos ou convénios bilaterais ou multilaterais na área do ambiente, bem como coordenar e acompanhar a acção dos vários serviços do Ministério em todos os assuntos relativos à intervenção do MAOTDR nas suas relações com as Nações Unidas e suas agências especializadas, em particular com o PNUA, e com a OCDE.

3 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezem-

bro, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, e o Código do Procedimento Administrativo.

4 — Local de trabalho — Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em Lisboa.

5 — Método de selecção — avaliação curricular.

Os critérios de aplicação e ponderação da avaliação curricular estabelecidos nos n.ºs 1 a 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da 1.ª acta das reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos nos termos legais.

6 — Classificação final — será adoptada a escala de 0 a 20 valores.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao director do Gabinete de Relações Internacionais, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, para a Rua do Século, 51, 4.º, 1200-433 Lisboa.

7.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação — nome, estado civil, residência, código postal e telefone;
- Categoria, vínculo e serviço a que pertence;
- Indicação do concurso a que se candidata mediante referência ao presente aviso de abertura;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, como

determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) Currículo profissional detalhado, actualizado, datado e assinado;
- b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais do candidato;
- c) Declaração do serviço comprovando a categoria e a natureza do vínculo do candidato, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, obtidas nos últimos três anos;
- d) Declaração do serviço com descrição detalhada das funções e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo funcionário;
- e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito, que só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

8 — Publicitação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e nos prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado Vítor Manuel dos Santos Matos, assessor da Secretaria-Geral do MAOTDR.

Vogais efectivos:

- 1.º Licenciada Maria Teresa Lopes Lima de Barros, técnica superior principal do Gabinete de Relações Internacionais.
- 2.º Licenciada Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha, chefe de divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do MAOTDR.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciada Maria da Conceição Rosado da Fonseca, técnica superior principal da Secretaria-Geral do MAOTDR.
- 2.º Licenciada Nádia de Brito Pires, técnica superior principal do Gabinete de Relações Internacionais.

A presidente do júri será substituída nas suas ausências e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000 (2.ª série), de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

11 de Julho de 2005. — O Director, *Nuno Sanchez Lacasta*.

Instituto Geográfico Português, I. P.

Despacho n.º 16 663/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Geográfico Português de 7 de Junho de 2005, com a anuência do secretário-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 21 de Junho de 2005:

Ana Amélia Rodrigues, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional — autorizada a requisição ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2005. — A Vice-Presidente, *Maria Angélica Carvalho*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 16 664/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Henrique Alberto de Moura Portugal Sobral e Maria João Pedro da Silva, inspectores principais da carreira de inspecção superior dos quadros de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas e da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, respectivamente — nomeados definitivamente, precedendo concurso, inspectores superiores da carreira de inspector superior, do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 1, índice 670, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 665/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Vítor Manuel dos Santos Valadas e Maria Joaquina Dias Ramos, técnicos de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da Ex-Inspeção-Geral das Pescas e da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, respectivamente — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 2, índice 500, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 666/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Rui Manuel Léonard Baptista, técnico de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas — nomeado definitivamente, precedendo concurso, técnico de informática do grau 3, nível 1, da carreira de técnico de informática, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos à data do despacho, ficando posicionado no escalão 3, índice 640, com efeitos à data do despacho, considerando-se exonerado da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 667/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Isabel Maria Barata Abrantes Fontoura, técnica de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, com efeitos à data do despacho, ficando posicionada no escalão 2, índice 500, considerando-se exonerada da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 16 668/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Julho de 2005:

Ana Maria Branco Lara Cardoso Fernandes Ferreira e Ana Paula Guerreiro Lamy, técnicas de informática do grau 2, nível 1, da